



Centro Universitário de Brasília

Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

MÁRCIA CARNEIRO FILIPPI

SIMULACROS NO SIMULACRO DO DESARMAMENTO

BRASÍLIA

2006

MÁRCIA CARNEIRO FILIPPI

SIMULACROS NO SIMULACRO DO DESARMAMENTO

Monografia apresentada à Disciplina Multimodalidade: Uma Visão Semiótica como requisito final à conclusão do Curso de Pós-Graduação em Língua Portuguesa do 'Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento' e 'Centro de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão' do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Joana Ormundo

BRASÍLIA

2006

RESUMO

O trabalho “**Simulacros no simulacro do desarmamento**” tomou como base o artigo de opinião “**O simulacro do desarmamento**”, de Guilherme Fernandes Neto, publicado no dia 8 de outubro de 2005, que trata do referendo das armas, usando como *corpus* tópicos deste artigo de opinião, como também, em nível de intertextualidade, a capa da revista **Veja** e tópicos da reportagem **REFERENDO DA FUMAÇA**, edição 1.925, ano 38 nº 40, de 5 de outubro de 2005, decompondo os vários simulacros presentes na simulação arquitetada pelo Poder para “desarmar” a população, como se o fim da violência ou a sua diminuição dependessem apenas da proibição da comercialização de armas de fogo permitidas ao cidadão comum, uma vez que para as armas de maior efetividade já existem regras em nossa legislação, herança da Era Vargas. Trata-se de uma das possíveis leituras que se pode fazer do artigo de opinião **O simulacro do desarmamento**, discutido nesta monografia, bem como da referida reportagem, em que a revista assume uma posição ideológica em favor do “Não”. Estabeleceu-se a intertextualidade presente nestas matérias.

Palavras-chave: dialogismo, simulacro, referendo, desarmamento.

ABSTRACT

This essay is based on the article *O simulacro do desarmamento* (The simulacrum of the unarming), by Guilherme Fernandes Neto, published on October 08, 2005, which discusses the Brazilian Countersignature on the prohibition of the commercialization of firearms and ammunition and on the cover and on the topics of the article from VEJA magazine entitled *O referendo da fumaça* (The smoke countersignature), analyzing and breaking the several simulacrums built by the government to 'unarm' the population, as if the end of violence or its diminishing depended solely on the prohibition of the commercialization of firearms allowed to the common citizen, once there are current regulations in our legislation on that matter, inherited from the "Vargas Era". This essay is one of the many possible interpretations that could be given to these articles and favors "Not". Textual connections were established between the articles.

Keywords: dialogism, simulacrum, countersignature, unarming

SUMÁRIO

Introdução	6
Base teórica	7
Novos processos interativos sem estereótipos.....	7
Discurso.....	9
Dialogismo	11
Signo e ideologia	12
A pragmática na literatura.....	15
Gêneros textuais: definição e funcionalidade	16
O Dialogismo no Artigo de Opinião.....	22
A teoria na prática.....	24
Análise I	26
Análise II	28
Como o artigo dialoga com a reportagem.....	29
O contexto:	
1. Diálogo com o contexto histórico.....	30
2. No contexto da mídia.....	35
3. No contexto da lei.....	37
Conclusão	40
Referências Bibliográficas	44
Anexos	45

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar o artigo de opinião **O simulacro do desarmamento**, de Guilherme Fernandes Neto, que trata do referendo das armas, usando como *corpus* tópicos deste artigo de opinião e, também, em nível de intertextualidade, a capa da revista **Veja** e tópicos da reportagem **Especial REFERENDO DA FUMAÇA**, edição 1.925, ano 38 nº 40, de 5 de outubro de 2005, para, à luz dos recursos da semiótica, investigar o discurso do não-discurso feito à população e tentar descobrir que interesses, que não os do cidadão, serão atendidos com este referendo à população, procurando decompor os vários simulacros presentes na simulação arquitetada pelo Poder para “desarmar” a população, como se o fim da violência ou a sua diminuição dependessem apenas da proibição da comercialização de armas de fogo permitidas ao cidadão comum, uma vez que para as armas de maior efetividade já existem regras em nossa legislação, herança da Era Vargas.

Em face do referendo das armas, a realizar-se no dia 23 de outubro de 2005, optei por fazer a monografia “**Simulacros no Simulacro do Desarmamento**”, analisando o referido artigo de opinião. Decidi seguir essa temática em razão da angústia, da indignação e das dúvidas que tive com relação à decisão que teria de tomar no Referendo das Armas, proposto pelo Congresso Nacional, relacionado ao Estatuto do Desarmamento, tais como: o que está por trás do discurso do não-discurso feito à população? Que fatos históricos estão relacionados ao desarmamento? Que fatores são responsáveis pelo aumento da criminalidade em nosso País? Que informações estão sendo sonegadas, de modo geral, à população? Pode um tema técnico ser apresentado de forma emocional à

população, como se esta fosse responsável pelo fim da violência no País e como se essa medida, por si só, resolvesse a grave crise por que estamos passando?

A par desta decisão: “Sim”, “Não”, “Abstenção”, resolvi aprofundar meus estudos no dialogismo de Bakhtin, tecendo um paralelo entre matérias que dialogavam sobre esse tema, dentro de uma visão semiótica.

Conforme vimos ao longo do curso de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, infinitas são as leituras que fazemos dos discursos como um todo, em razão do nosso conhecimento de mundo, de nossas idiossincrasias e do nosso código ético. Essa é uma leitura que, com certeza, se somará às milhares que povoam as mentes de nossos cidadãos.

Esperamos atingir nosso objetivo, retratando o que se depreende da leitura do artigo de opinião **O simulacro do desarmamento** e de sua intertextualidade com a capa da Revista **Veja** e a reportagem **Especial REFERENDO DA FUMAÇA**, com as possíveis leituras semióticas que se pode fazer do que nos é colocado no gênero discursivo considerado.

Faremos, também, um estudo teórico de Marcuschi (2002) sobre gêneros textuais; Vieira (2004) sobre a visão multissemiótica do texto, entre outros teóricos.

BASE TEÓRICA

Novos processos interativos sem estereótipos

A linguagem – falada, escrita, gestual, dentre outras - é o instrumento utilizado pelo homem. Organizamos nossos discursos à maneira de um tecido, em que à nossa própria voz se somam outras, explícitas ou implícitas. Nada há de novo

sob os céus, tudo já foi dito ou pensado por alguém, conforme podemos aferir por meio da literatura, da arte, entre outras coisas. Apenas reescrevemos o mundo com nossas palavras, com a nossa interpretação. Não há discurso constitutivamente monológico; toda palavra é dialógica, todo discurso tem dentro dele outros discursos, tudo o que é dito é um “já-dito”, conforme a teoria do dialogismo, de Bakhtin.

Ferdinand de Saussure separa fala e língua. A fala – *parole* - seria uma atividade individual, usada de formas imprevisíveis, seria o uso; impossível a sua análise. A língua – *langue* - seria sistemática e social, o sistema, portanto, possível o seu estudo. Como Saussure definiu signo de forma arbitrária, não consegue dar explicação para os detalhes, para as diferenças existentes entre significantes e significados.

Os conceitos de língua, a partir Saussure, têm evoluído através dos tempos e dos estudos realizados, trazendo a língua para o contexto social, permitindo-nos afirmar que seu uso é social e não individual.

SIGNORINI (1998, p.77), a respeito desta tese, diz que “a língua não é a expressão dos sentimentos do indivíduo, mas é a maneira pela qual a sociedade se expressa como se seus membros fossem sua boca”.

Saussure é considerado um revolucionário nos estudos da linguagem - apesar de muito criticado por não considerar as influências sociais nos atos de fala, por não se interessar pelo contexto, por privilegiar a língua e sua estrutura -, pois foi o primeiro a considerar um traço social no uso na linguagem. Com base em seus estudos, muitos teóricos desenvolveram outras linhas de pensamento, dentre eles Roman Jakobson, em 1926, cuja teoria aproxima a palavra estruturalismo da palavra semiótica.

Semiótica é toda forma de linguagem que o sujeito utiliza nas situações comunicativas e como estas vão produzindo sentido.

A semiótica pode ser definida como um campo de estudos segundo o qual todos os tipos de comportamento e de realidade são comunicativos – das placas de trânsito à cor de gravatas, expressão do olhar, gestos, enfim, tudo ‘significa’ e à sua maneira. Ou seja: tudo pode ser entendido como um signo com identidade própria, que age de modo bem diferente das palavras, conceitos e letras da linguagem verbal.

“A semiótica não fala do significado, mas dos efeitos de sentido, analisando as condições de produção do discurso, a intencionalidade, o contexto por meio da linguagem utilizada, seja ela verbal ou não-verbal. É ela que faz uma ponte dos estudos de língua e linguagem para os estudos do discurso e, posteriormente, para o que se convencionou chamar de Análise do Discurso de linha francesa.” (op. cit., p. 81)

Discurso

Ampliou-se o conceito de língua para linguagem, e deste para discurso, que é termo comum em Lingüística, porém, de difícil definição. Há várias definições para o que seria discurso.

MEY, citando FOUCAULT, afirma que “discurso é o conjunto das relações que caracterizam uma formação social em particular” (MEY, 2001, p. 164).

FAIRCLOUGH afirma:

Discurso é o uso da linguagem como forma de prática social, é um modo de ação, uma forma na qual as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente umas sobre as outras, tão bem quanto um modo de representação e não apenas de representação do mundo, mas de

significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.
(FAIRCLOUGH, 2001, p.)

Ainda FAIRCLOUGH (1992):

“O discurso é socialmente constitutivo”. Desse modo, o discurso pode ser entendido também por sua força constitutiva e, portanto, como ação. Daí por que é entendido como luta de poder. O discurso é uma via de mão dupla, em que construímos e somos construídos a todo momento, o discurso não é o texto, nem o contexto, mas “é o que faz o texto ser ligado ao contexto” (op. cit. p. 167).

Conforme vimos, não há consenso entre os teóricos na definição do termo discurso. Nota-se, claramente, que trazem a concepção de linguagem para o contexto social adicionando a ideologia, o que o torna uma fonte de poder.

Costumamos chamar discurso à forma mais comum de uso da linguagem, que é a conversação. No entanto, discurso e conversação não são a mesma coisa, principalmente quando consideramos a análise do discurso.

Os estudos do discurso, voltando ao que afirma BACEGA (1998), usando como recurso a semiótica, evoluíram para os estudos de Bakhtin.

Na concepção bakhtiniana, o estudo da linguagem se insere na práxis, na atividade humana, no fenômeno social da interação verbal. A palavra é um signo que só adquire significado no contexto em que é enunciado.

Agora o significado de uma palavra está na sociedade que a criou, reelaborou seu significado, a utilizou num determinado contexto. Pêcheux afirma que o sentido de uma palavra “resulta das posições ideológicas presentes no processo sócio-histórico” (apud Bacega, 1998, p. 90).

Ao trazer o estudo da linguagem para o contexto da pós-modernidade, VIEIRA (2004) afirma que “a comunicação atual é multissemiótica”. As linguagens oral e escrita não ocupam mais um lugar privilegiado porque os textos são multimodais, ou seja, combinam vários modos semióticos, devendo, portanto, as

análises semióticas concentrarem-se na textualidade, nas origens sociais, na produção do texto e na sua leitura. Uma imagem vale por mil palavras, dado o seu poder de transmitir significado.

Dentro da perspectiva da semiótica, concluímos que houve mudança de paradigma na concepção de linguagem: o significado é substituído pelos efeitos de sentido e o objeto de estudo língua é substituído pelo objeto linguagem.

Dialogismo

BAKHTIN, ao conceber linguagem como interação, apresenta um aspecto novo, que é fundamental na compreensão do que se passa quando utilizamos a linguagem: o dialogismo, termo carregado de pluralidade de sentidos – traduzido, também, por intertextualidade –, o que tem provocado uma certa confusão entre os conceitos. Todo enunciado é uma resposta a um já-dito, seja numa situação imediata, seja num contexto mais amplo. Não se trata aqui do diálogo entre falantes numa situação de conversação, mas da relação do enunciado com o que já foi dito sobre o mesmo assunto e com o que lhe suceder na “corrente ininterrupta da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1997).

Temos o dialogismo mostrado (MOIRAND, 1999), que traz todas as formas de representação que um discurso dá de outro, explicitamente, por meio de marcas tipográficas ou das formas verbais, chamado também, por alguns teóricos, a exemplo Fiorin, de intertextualidade. Para estes, a intertextualidade é marcada. E o dialogismo constitutivo, o modo de construção do discurso por meio da incorporação de outros discursos sobre o mesmo objeto, podendo ou não ser percebido como tal pelo sujeito falante e pelo receptor.

O diálogo pode ser entendido como as várias vozes dentro da sociedade que operam em constante oposição à sociedade e às suas normas, mas, ao mesmo tempo, reproduz essa mesma sociedade de acordo com essas mesmas normas, sendo revolucionário e conservador ao mesmo tempo. O produtor de texto e o consumidor retratam bem isso: o primeiro, criativo e independente, mas seguidor das normas estabelecidas; o segundo, ou seja, o consumidor é receptivo e dependente, mas participante criativo, já que sua interpretação é diversa, variando de consumidor para consumidor.

Signo e ideologia

Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Assim, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. Um corpo físico vale por si próprio e coincide inteiramente com a sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia. Todavia, todo corpo físico pode ser percebido como um símbolo e toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico, convertendo-se, assim, em signo o objeto físico, porém, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, em certa medida, uma outra realidade.

Um produto de consumo pode ser transformado em signo ideológico: o pão e o vinho, símbolos religiosos. Mas o produto de consumo, enquanto tal, não é um signo, daí concluir-se que, ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, existe um universo particular, o universo de signos.

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade: reflete e refrata uma outra, podendo distorcê-la, ser-lhe fiel ou apreendê-la de um ponto de

vista específico, sujeitando-se aos critérios de avaliação ideológica – se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc. O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos, pois são correspondentes. Onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico, e é esse caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral. Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade.

Para se alcançar um signo há que se aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos. Logo, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos. A própria consciência individual está repleta de signos e só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e somente no processo de interação social. A consciência individual nada pode explicar; ao contrário, pode ser explicada a partir do meio ideológico e social, porque é um fato sócio-ideológico.

A forma e a existência da consciência são adquiridas nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. A sua lógica é a da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. A existência do signo é a materialização dessa comunicação. No entanto, é na linguagem que esse aspecto semiótico e esse papel contínuo da comunicação social como fator condicionante aparecem de forma mais clara e completa. A palavra é o fenômeno ideológico por excelência e o modo mais puro e sensível de relação social. A realidade de toda palavra é absorvida por sua função de signo e é nela que melhor se revelam as formas ideológicas da comunicação semiótica.

A palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo, é também um signo neutro; neutra em relação a qualquer função ideológica específica,

podendo preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, religiosa, jurídica etc. A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico.

Todas as manifestações da criação ideológica – também os signos não-verbais – mergulham no discurso e não podem ser nem totalmente isoladas nem totalmente separadas dele. Tais propriedades da palavra fazem dela o objeto fundamental do estudo das ideologias.

A solução dos problemas e das desigualdades sociais está alicerçada no conhecimento do poder predominante, para neutralizá-lo. O poder não reside nas estruturas em si mesmas, mas nas pessoas que servem de suporte para tais estruturas; está em quem o exerce e em quem se sujeita a ele.

A hegemonia, segundo a escola de Lancaster, manifesta-se nas diferentes práticas da linguagem. Há que se usar um discurso adequado para cada lugar, para cada situação, de acordo com as convenções sociais. Há que se “identificar as condições de adequação genérica na produção dos gêneros discursivos” (MARCUSCHI, 2004, p. 35). Essa adequabilidade é definida pelos detentores do poder na sociedade com o objetivo de naturalização e manutenção das práticas hegemônicas.

Os lingüistas críticos pretendem promover mudanças nas práticas discursivas e nas estruturas sociopolíticas, ou seja, desnaturalizar o que é visto como natural e aceitável, tornar visíveis as reais intenções daqueles que detêm o poder e desvendar nos textos essas estruturas. Entenda-se aqui por poder o conjunto de assimetrias entre participantes nos acontecimentos discursivos, a partir da eventual capacidade desigual desses participantes para controlar a produção dos textos, a sua distribuição e o seu consumo.

A pragmática na literatura

A atividade da linguagem humana é constituída basicamente pela conversação e pela literatura, que constituem a principal forma de o homem produzir texto. Como a pragmática tem como objeto de estudo a linguagem falada, cabe-nos questionar como seus achados podem ser aplicados à produção literária.

Sabemos que o consumidor de um texto é participante criativo – e acrescentaríamos agora cooperativo e ativo – no processo de leitura. Por haver uma interação entre leitor e autor, o mercado de produção e consumo literário é diferente dos demais mercados; não se restringe simplesmente ao ato de compra e venda de um produto. O mundo literário absorve a contribuição dada pelo leitor, que, colaborando ativamente com o texto, torna-se ator que, além de cooperar, inova, modificando a peça com sua interpretação.

A par disso, podemos determinar como a pragmática pode ser aplicada à atividade literária: o texto é originado e guiado pelo autor, mas orientado e ativado pelo leitor. Há nessa interação um processo dialético, uma “independência-na-interdependência” (MEY, 2001, p. 186), e a linguagem oferece mecanismos para a realização dessa produção textual conjunta.

Jacob Mey (2001) estabelece a diferença entre autor e narrador. Narrador: personagem eleito pelo escritor para contar a história. Por ser um personagem, está liberto das amarras oficiais que restringem a livre ação do autor ao escrever. Entender a pragmática do autor versus narrador é fundamental para a perfeita cooperação entre os usuários envolvidos na produção e consumo dos textos literários.

Mecanismos textuais ou recursos que a linguagem põe a nossa disposição para entendermos os textos literários:

- Referência: a análise de uma expressão lingüística só é possível se nos for apresentado o contexto. Para isso, aceitamos a autoridade do autor para entendermos o mundo que nos é apresentado por seus textos. Exemplos de referência são os dêiticos, que são termos que apontam e que localizam alguém no tempo e no espaço.
- Tempo verbal: consiste no modo como usar os recursos lingüísticos para entender o texto, determinando “quem está dizendo o quê, em qual ponto do tempo da narrativa” (ibidem, p. 202), através da conjugação do verbo. Contudo, essas relações de tempo só poderão ser entendidas também num contexto.

Eis a importância da pragmática na análise dos textos literários; sem ela a compreensão dos textos pelo leitor não seria possível. “Somente através de um ato pragmático de leitura pode um texto se realizar como texto.” (ibidem, p. 206).

Portanto, para se proceder à análise de um texto é preciso contextualizá-lo e buscar a real intenção do autor.

Gêneros textuais: definição e funcionalidade

A teoria dos gêneros e suas aplicações tem sido considerada altamente relevante nas várias áreas que se dedicam ao estudo da interação humana, uma vez que, nas variadas situações de interação verbal, a competência sociocomunicativa dos interlocutores lhes permite o discernimento do adequado e do inadequado no interior das práticas sociais em que se encontram inseridos, permitindo-lhes uma opção entre os diversos gêneros: uma anedota, um poema, uma conversa telefônica, um requerimento, etc. O contato permanente com os diversos gêneros da vida cotidiana leva os usuários a desenvolverem uma competência metagenérica.

A pesquisa atual sobre gêneros tem como ponto de partida os estudos de Mikhail Bakhtin.

Diz Bakhtin em sua obra *Estética da criação verbal*:

“Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana (...) O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Assim sendo, todos os nossos enunciados se baseiam em formas padrão e relativamente estáveis de estruturação de um todo (1953, p.179)”

As esferas de utilização da língua são extremamente heterogêneas, o que faz com que os gêneros apresentem também grande heterogeneidade.

Bakhtin divide os gêneros em primários e secundários. Os primários estão ligados às esferas sociais cotidianas da relação humana, como diálogos, cartas, situações de interação face a face, etc. Já os secundários estão relacionados a outras esferas, públicas e mais complexas, de interação social. Para Bakhtin os gêneros estão sujeitos a mudanças que decorrem não só das transformações sociais, mas também da organização e acabamento da arquitetura verbal, a exemplo dos gêneros da mídia eletrônica.

“Gênero” é uma expressão que sempre esteve especialmente ligada aos gêneros literários. Isso na tradição ocidental. No entanto, já não é mais assim, como lembra SWALES (ibidem, p. 29), ao dizer que “hoje, gênero é facilmente usado para referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias”. Não podemos defini-los mediante certas propriedades

que lhes devam ser necessárias e suficientes. Assim, um gênero pode não ter uma determinada propriedade e ainda continuar sendo aquele gênero.

Os Gêneros textuais são comumente considerados fenômenos históricos, uma vez que estão vinculados à vida cultural e social, fruto de um trabalho coletivo que contribui para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. Surgem emparelhados a necessidades e a atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente constatável ao se considerar que hoje existem muito mais gêneros textuais do que em épocas anteriores à escrita.

Nos povos de cultura essencialmente oral havia um conjunto limitado de gêneros. Após a invenção da escrita, multiplicaram-se os gêneros com o desabrochar da cultura impressa. Hoje, na era da Internet, na cultura eletrônica, vemos novos gêneros e novas formas de comunicação. Convém destacar que não foi o surgimento dessas novas tecnologias que originou novos gêneros textuais, mas sim seu uso nas atividades comunicativas diárias. A diversidade de formas é imensa, com denominações nem sempre unívocas. Da mesma maneira que surgem, podem desaparecer.

Ancorados em gêneros já existentes, esses novos gêneros textuais não são inovações absolutas, fato já era notado por Bakhtin (1997), que falava na transmutação dos gêneros e na assimilação de um gênero por outro, gerando novos. Esses novos gêneros que emergiram no último século, no contexto das mais diversas mídias, criam formas comunicativas próprias com um quê de hibridismo que desafia as relações entre a oralidade e a escrita. Permitem, também, observar uma maior integração entre os vários tipos de semioses: signos verbais, sons, imagens e formas em movimento.

Os aspectos formais não caracterizam nem definem os gêneros textuais – sejam eles estruturais ou lingüísticos – mas sim os aspectos sócio-comunicativos e funcionais. Isso não é um desprezo à forma, que, em muitos casos, determina o gênero. Contudo, haverá casos em que será o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem que determinarão o gênero.

Quando se distingue tipo de gênero textual parte-se do pressuposto de que é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto. A comunicação verbal só é possível por algum gênero textual. Tal posição — defendida por Bakhtin (1977) e por Bronckart (1999) — é adotada pela maioria dos autores que tratam a língua em seus aspectos discursivos e enunciativos e não em suas peculiaridades formais. Essa visão segue uma noção de língua como atividade social, histórica e cognitiva e privilegia a natureza funcional e interativa, e não o aspecto formal e estrutural da língua. É nesse contexto que os gêneros textuais se constituem como ações sócio-discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo.

Tipo textual é uma expressão usada para designar uma espécie de construção teórica definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Os tipos textuais abrangem algumas categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção.

O gênero textual tem uma noção propositadamente vaga para se referir a textos materializados que encontramos na nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.

Ao contrário dos tipos textuais, que são poucos e bastante definidos, os gêneros textuais são inúmeros, podendo aparecer em forma de telefonemas, sermões, cartas comerciais, bulas de remédio, notícias jornalísticas, cardápios de restaurante, receitas culinárias, outdoor, inquérito policial, instruções de uso, resenha, edital de concurso, piadas, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais, vídeos-conferências, blogs, fotologs, reunião de condomínio, bilhete, aula expositiva, carta pessoal, etc., sendo que em cada um deles podemos ver a presença de vários tipos textuais, predominando uns e outros em função de determinado gênero.

Ao dominarmos um gênero textual não dominamos uma forma lingüística, mas sim uma forma de realizar lingüisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares. BRONCKART afirmou que (apud MARCUSCHI, 2004), “a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental à socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas”. Os gêneros textuais operam, em certos contextos, como formas de legitimação discursiva, já que se situam numa relação sócio-histórica com fontes de produção que lhes dão sustentação muito além da justificativa individual.

Temos também a intertextualidade inter-gêneros, referida por Ursula Fix (ibidem, p. 31), que usa essa expressão para designar o aspecto da hibridização ou mescla de gêneros em que um gênero assume a função de outro. A questão da intertextualidade inter-gêneros evidencia-se como uma mescla de funções e formas de gêneros diversos num dado gênero e deve ser distinguida da questão da heterogeneidade tipológica do gênero, que diz respeito ao fato de um gênero realizar várias seqüências de tipos textuais. Como exemplo, podemos citar um gênero funcional (artigo de opinião) com o formato de outro (poema). Em resumo, temos a

intertextualidade inter-gêneros, que constitui um gênero com a função de outro, e a heterogeneidade tipológica, que é um gênero com a presença de vários tipos textuais.

Há que se ter cautela com a idéia de gêneros orais e escritos, pois os gêneros se distribuem pelas duas modalidades num contínuo. Alguns gêneros só são recebidos na forma oral, apesar de terem sido produzidos originalmente na forma escrita, como é o caso das notícias de televisão ou rádio.

Werlich (ibidem, p. 27), sobre os tipos textuais, propõe uma matriz de critérios, partindo de estruturas lingüísticas típicas dos enunciados que formam a base do texto. Toma a base temática do texto representada ou pelo título ou pelo início do texto como adequada à formulação da tipologia. Assim, são desenvolvidas as cinco bases temáticas textuais típicas que darão origem aos tipos textuais: descritiva, narrativa, expositiva, argumentativa e injuntiva.

Os textos narrativos têm como elemento central a seqüência temporal; nos descritivos predominam as seqüências de localização. Os textos expositivos apresentam o predomínio de seqüências analíticas ou então explicitamente explicativas. Os textos argumentativos se dão pelo predomínio de seqüências contrastivas explícitas. Por fim, os textos injuntivos apresentam o predomínio de seqüências imperativas.

O termo “domínio discursivo” é outra definição interessante, em que designa uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos, como é o caso do discurso jurídico, do discurso jornalístico, do discurso religioso etc, já que as atividades jurídica, jornalística ou religiosa não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles.

Não devemos confundir texto e discurso. Pode-se dizer que texto é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual, embora haja controvérsias a esse respeito. Discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos. Em outras palavras, os textos realizam discursos em situações institucionais, históricas, sociais e ideológicas (BEAUGRANDE, 1997).

Os gêneros são enunciados relativamente estáveis, estão em constante processo de transformação, criando configurações diferentes de acordo com o momento histórico de sua ocorrência. É de fundamental importância analisar o contexto em que o gênero acontece, porque reproduz o que está institucionalizado naquele momento histórico.

O interesse pela teoria dos gêneros e suas aplicações tem assumido grande relevância em várias áreas que se dedicam ao estudo da interação humana.

A escolha do gênero é uma decisão estratégica, leva em conta os objetivos visados. Os indivíduos desenvolvem sua competência metagenérica na medida em que se desenvolvem nas diversas práticas sociais, entram em contato com a multiplicidade de gêneros existentes em cada cultura e, paulatinamente, passam a dominar esses gêneros que os habilita a interagir de forma adequada, bem como perceberem a manipulação.

O Dialogismo no Artigo de Opinião

O artigo de opinião tem como característica a busca da objetividade, razão pela qual o dialogismo torna-se aparente por seus meios lingüísticos e tipográficos (MOIRAND, 1999). O artigo de opinião expõe um ponto de vista, fazendo uso de dêiticos e do presente do indicativo como tempo de base, num texto

claramente argumentativo. Destaque-se que se retoma aqui o que é estabelecido por Mey (2001) quando se refere aos mecanismos textuais que a linguagem põe à disposição para que os leitores entendam o texto. Comentando sempre algo já dito, o artigo de opinião é um gênero de “enunciação objetiva” (MOIRAND, 1999), no qual o dialogismo mostrado não é usado, mas é fundamentalmente dialógico, constituído de outros discursos sobre os fatos comentados e de antecipações das objeções do leitor, para fazer aderir ao seu ponto de vista e para criticar os outros com os quais mantém uma relação de conflito. O texto é o lugar de circulação dos discursos, mostrados ou não, e o sujeito não é a fonte do sentido, mas o constrói no trabalho incessante com o já-dito.

A escolha do gênero é uma decisão estratégica, leva em conta os objetivos visados.

O simulacro do desarmamento, texto-base do nosso trabalho, usa como suporte o jornal. Está inserido no gênero artigo de opinião e seu tipo textual é a argumentação.

A capa da revista também é um gênero textual altamente argumentativo, insere-se no gênero capa. **REFERENDO DAS ARMAS – 7 RAZÕES PARA VOTAR NÃO – A proibição vai desarmar a população e fortalecer o arsenal dos bandidos (Veja**, edição 1925 – ano 38 – nº 40, de 5 de outubro de 2005). As manchetes dão a idéia principal da matéria.

Especial REFERENDO DA FUMAÇA, Jaime Kilintowitz, usa como suporte a revista **Veja**, edição 1925 – ano 38 – nº 40, de 5 de outubro de 2005. Nesta matéria a revista **Veja** faz asserções categóricas, autoritárias, em defesa do voto “Não” à proibição do comércio de armas e de munição no Brasil. O discurso e a metáfora são articulados com um apelo em sentido literal: Vote “Não”. O autor - ou

autores, porque normalmente esse tipo de matéria tem uma participação coletiva – que pode ser um autor fictício, desenvolve a metáfora do gênero como “metainstrumento”, constituído de vários sistemas semióticos, que agem em situações de linguagem.

A teoria na prática

O artigo de opinião é constituído de outros discursos para fazer com que os leitores adiram ao ponto de vista do articulista, que usa outros discursos para criticar posições contrárias.

A semiótica analisa uma página de jornal observando a disposição das matérias na página em que está situado o texto objeto de investigação, os destaques, as imagens, as manchetes, porque tudo produz sentido. O interesse da semiótica é entender o sentido.

O objeto da semiótica, no que diz respeito ao gênero discursivo escolhido, é a união da linguagem escrita com a não-verbal.

A multimodalidade -- o uso de várias linguagens no ato de comunicação -- se explicita na união da escrita com as figuras. A linguagem verbal e a não-verbal se completam para produzir sentido, é o efeito semiótico multimodal da linguagem, ou ainda o que Vieira (2004) denomina de texto multissemiótico.

O gênero reportagem envolve uma configuração com diferentes estilos de outros subgêneros: manchetes, que dão a idéia principal da matéria; resumo, parágrafos iniciais que dão uma versão ligeiramente mais completa da idéia principal; elaboração e desenvolvimento.

A reportagem tem uma estrutura de crise-resolução. A manchete e muito do corpo da reportagem apresentam a crise, ao passo que o parágrafo final apresenta a resolução. Trata-se de gênero bastante complexo em termos de estilo. Normalmente começa de modo retórico, com a finalidade de dar as informações almejadas.

A distinção entre “reportagem” e “opinião”, numa imprensa sensacionalista, por exemplo, é menos clara do que a análise sugere.

ANÁLISE I

MARCUSCHI (2004) afirma que “a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual”. No caso, temos um artigo de opinião, tendo como suporte o jornal, com publicação na página destinada a opiniões e tendências, além dos aspectos lingüísticos que o inserem no gênero artigo de opinião. Muito mais do que pela forma, o artigo de opinião é definido por sua função.

De acordo com a teoria de Werlich, a base temática textual do artigo **O simulacro do desarmamento** é argumentativa, pois busca defender e expor o ponto de vista do jurista e professor Guilherme Fernandes Neto a respeito do referendo do desarmamento, que seria realizado no dia 23 de outubro de 2005. Sua argumentação é pautada no uso do presente do indicativo como tempo de base. Trata-se de um texto opinativo e tendencioso. Há várias perguntas retóricas neste artigo.

Toda informação tem um interesse ideológico por trás, interesses de grupos ou do grupo ali representado. É importante que o suporte se desvincule das opiniões ali traçadas, pois estas podem ir de encontro a seu posicionamento político-ideológico.

Como a natureza da linguagem é o dialogismo, o sujeito não é a fonte do sentido, mas esse sentido é construído “no trabalho incessante com o já-dito” (CUNHA, 2002). Isso tudo consiste no dialogismo constitutivo da teoria bakhtiniana.

Como afirma VIEIRA (2004), a imagem é a forma de comunicação mais expressiva da pós-modernidade. Os recursos multimodais tomam parte da composição do sentido do texto. De acordo com Vieira ainda, na prática textual multissemiótica “a imagem se funde com o verbal e constrói novo sentido

discursivo”, algo que pretendemos fazer na análise do artigo em referência, **O simulacro do desarmamento**, bem como nas intertextualidades presentes na capa da revista **Veja**, de 5 de abril de 2005, edição 1925 – ano 38 – nº 40, da Editora Abril, que a respeito **REFERENDO DAS ARMAS**, apresentou **7 RAZÕES PARA VOTAR NÃO**, defendendo que **A proibição vai desarmar a população e fortalecer o arsenal dos bandidos**, e na reportagem **Especial REFERENDO DA FUMAÇA**, das quais extraímos também alguns tópicos para uma melhor investigação e compreensão não só do artigo como do referendo que nos foi imposto.

Há que se ressaltar que, no caso, a revista **Veja** assumiu uma posição a respeito do desarmamento proposto via referendo, levantando a bandeira em defesa do voto “Não”, pelas razões que elenca.

ANÁLISE II



“Estamos vivenciando a Era da simulação, na qual a aparência supera o real, com o fim dos referenciais e a omissão da verdade. Ademais, a realidade oculta inexistente, na lição de Jean Baudrillard.” Diz o artigo de Guilherme Fernandes Neto, de 8 de outubro de 2005 (**O simulacro do desarmamento publicado no jornal Correio Braziliense de 8 de outubro 2005, página 21**).

A “realidade oculta”, para ser entendida, requer algumas qualidades ou condições do intérprete, senão os símbolos serão mortos para ele e ele um morto para os símbolos: a primeira, simpatia, porque uma atitude cauta, irônica e deslocada priva o intérprete da capacidade de interpretar. A intuição, que é uma espécie de entendimento, que permite sentir o que está além do símbolo, sem que se veja. A inteligência – que analisa, decompõe e reconstrói em outro nível o símbolo – que, de discursiva que é, passa a analógica, permitindo que o símbolo seja interpretado. E, por fim, a compreensão, que exige o conhecimento de outras matérias, o conhecimento de mundo, que não é propriamente a erudição, que esta é uma soma, tampouco a cultura, que é uma síntese. Ou seja, para que se possa compreender um discurso há que relacionar o que está além do símbolo, o que se esconde nas entrelinhas de um discurso, para se alcançar seu objetivo real.

Como o artigo dialoga com a reportagem:

Diz a revista

‘REFERENDO DA FUMAÇA’, *In Veja*, edição 1.925, ano 38 nº 40, de 5 de outubro de 2005

“7 razões para votar ‘Não’ na consulta que pretende desarmar a população e fortalecer o contrabando de armas e arsenal dos bandidos

1. Os países que proibiram a venda de armas tiveram aumento da criminalidade e da crueldade dos bandidos
2. As pessoas temem as armas. A vitória do “Sim” no referendo não vai tirá-las de circulação no Brasil

3. O desarmamento da população é historicamente um dos pilares do totalitarismo, Hitler, Stalin, Mussolini, Fidel Castro e Mão Tse-Tung estão entre os que proibiram o povo de possuir armas

A intertextualidade, historicamente falando, pode ser ilustrada com os seguintes fatos históricos:

Hitler desarmou todos os não-arianos, para que pudesse destruí-los e roubar-lhes o patrimônio.

1. Diálogo com o contexto histórico

O marco inicial da Segunda Guerra Mundial ocorreu no ano de 1939, quando o exército alemão invadiu a Polônia. De imediato, a França e a Inglaterra declararam guerra à Alemanha. De acordo com a política de alianças militares existentes na época, formaram-se dois grupos: Aliados (liderados por Inglaterra, URSS, França e Estados Unidos) e Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Um conflito dessa magnitude não começa sem importantes causas ou motivos. Podemos dizer que vários fatores influenciaram o início desse conflito, que se iniciou na Europa e, rapidamente, espalhou-se pela África e Ásia. Um dos mais importantes motivos foi o surgimento, na década de 1930, na Europa, de governos totalitários com fortes objetivos militaristas e expansionistas. Na Alemanha, surgiu o nazismo, liderado por Hitler, que pretendia expandir o território alemão, desrespeitando o Tratado de Versalhes, inclusive reconquistando territórios perdidos na Primeira Guerra. Na Itália estava crescendo o Partido Fascista, liderado por Benito Mussolini, que se tornou o Duce da Itália, com poderes sem limites.

Tanto a Itália quanto a Alemanha passavam por uma grave crise econômica, no início da década de 1930, com milhões de cidadãos sem emprego. Uma das soluções tomadas pelos governos fascistas destes países foi a industrialização, principalmente na criação de indústrias de armamentos e equipamentos bélicos (aviões de guerra, navios, tanques etc).

Na Ásia, o Japão também possuía fortes desejos de expandir seus domínios para territórios vizinhos e ilhas da região. Estes três países, com objetivos expansionistas, uniram-se e formaram o Eixo, um acordo com fortes características militares e com planos de conquistas elaborados em comum acordo.

Com relação ao nosso País, entre outros fatos, nossa História registra o massacre de Antônio Conselheiro, juntamente com sua comunidade de excluídos, de forma violenta e covarde pelo Exército brasileiro.

Antônio Vicente Mendes Maciel – 1830 – 1897 – chegou aos sertões da Bahia e Sergipe, em 1874, aos 44 anos. Apresentou-se como Antônio dos Mares. Seus adeptos o consideravam santo, Santo Antônio dos Mares. Depois Santo Antônio Aparecido, Santo Conselheiro, Bom Jesus Conselheiro. Historicamente, tornou-se Antônio Conselheiro, o mais divulgado dos seus apelidos.

Era magro, barba e cabelos crescidos e mal tratados, usava um camisolão azul, tendo impressionado a gente sertaneja. Conversava pouco, mas pregava muito. Rezava e fazia rezar. Dava conselhos. Condenava o luxo, preconizava o jejum, verberava contra o desrespeito aos costumes e às convenções sociais, a exemplo da mancebia. Seus acompanhantes deviam ser unidos pela benção da Igreja. Levantava muros de cemitérios, construía e reconstruía capelas, abria tanques de água. Prestava grandes serviços à comunidade do sertão, fazendo que toda a gente trabalhasse nas suas obras beneméritas.

A atuação de Conselheiro, um beato, um idealista, que pouco ou nenhum risco oferecia ao regime vigente, preocupava sobremaneira o regime vigente, surgindo daí a Guerra de Canudos.

Canudos ganhou proporções de problema alarmante para a República de então. Prepararam-se algumas expedições, que sofreram resistência. Finalmente, formaram uma expedição chefiada por um general-de-brigada, Arthur Oscar de Andrade Guimarães, com mais dois generais comandantes de colunas, oficiais superiores em grande número e milhares de homens de armas vindos de quase todos os Estados. A tropa poderosa levou meses para abater a heróica resistência dos sertanejos. Somente em outubro, com inúmeras baixas, as milícias republicanas dominaram e arrasaram o chamado Império do Belo Monte, dirigido por Antônio Conselheiro.

O vencedor, sem grandeza, degolou vencidos, que já se haviam rendido. Foi um dos maiores, se não o maior fratricídio da História do Brasil, uma verdadeira página negra.

A tragédia de Canudos merece ser recordada como uma advertência em defesa dos direitos humanos.

Em 1911, a Turquia desarmou a população ordeira. De 1915 a 1945, um milhão e meio de armênios, impossibilitados de se defenderem, foram implacavelmente caçados e exterminados pelos turcos.

Em 1929, a União Soviética desarmou a população ordeira. De 1929 a 1953, cerca de 20 milhões de dissidentes políticos, impossibilitados de se defenderem, foram exterminados pelo Partido Comunista.

A História está repleta de fatos que corroboram com o artigo de opinião e com a reportagem da revista Veja.

Dando continuidade às razões apresentadas pela revista Veja em favor do “Não”, temos:

1. A Polícia brasileira é incapaz de garantir a segurança dos cidadãos
2. A proibição vai alimentar o já fulgurante comércio ilegal de armas
3. Obviamente, os criminosos não vão obedecer à proibição do comércio de armas
4. O referendo desvia a atenção daquilo que deve realmente ser feito: a limpeza e o aparelhamento da Polícia, da Justiça e das penitenciárias

Continua o artigo de Guilherme Fernandes Neto, de 8 de outubro de 2005 (**O simulacro do desarmamento** publicado no jornal Correio Braziliense de 8 de outubro 2005, página 21):

“Diante disso, compreensível para alguns o simulacro governamental que pretende desarmar o cidadão e não o bandido, com a idéia de que reinará um pacifismo tibetano, sem qualquer tipo de risco ao cidadão e ao país. Para analisar o disfarce do desarmamento, podemos partir dos fatos conhecidos, mas não chegaremos aos desconhecidos motivos de fundações estrangeiras estarem patrocinando a luta pelo desarmamento”.

“Parte significativa do conflito persistirá, valendo lembrar que, a curto prazo, a proibição objetivada estimulará o contrabando de munição e, a médio prazo, encorajará a invasão de propriedades, na certeza da impossibilidade da legítima defesa”.

“Cabe esclarecer que a proibição do comércio de arma não salvará 36.295 vidas/ano, haja vista que entre essas se encontram as que morrem em razão de confrontos entre policiais e bandidos e bandidos contra bandidos. Estes o governo não pretende desarmar.

Está ainda sendo ocultado que a diminuição das mortes por armas de fogo não está diretamente ligada ao desarmamento, bastando verificar no mapa de homicídios, que consta no site da Secretaria Nacional de Segurança Pública (www.mj.gov.br), segundo o qual o índice de vítimas de armas de fogo, por mil habitantes, decresceu, de 1998 a 2002, em várias Unidades da Federação (Distrito Federal, Pará, Maranhão, Pernambuco etc.), isso muito antes do Estatuto do Desarmamento.

Daí, o motivo da proibição do comércio de armas, não é salvar vidas. Parte significativa do conflito persistirá, valendo lembrar que, a curto prazo, a proibição objetivada estimulará o contrabando de munição e, a médio prazo, encorajará a invasão de propriedades, na certeza da impossibilidade da legítima defesa.

Para tentar demonstrar sinceridade ou eficiência do desarmamento deveria o Estado, inicialmente, implementar políticas coibindo o contrabando de armas, bem como desarmar o crime organizado, mas sobre isso nada foi feito e, possivelmente, não o será”.

No artigo de Guilherme Fernandes Neto, mestre e doutor em direito pela PUC-SP, professor adjunto da UnB e membro do Ministério Público do Distrito Federal, **O simulacro do desarmamento**, percebemos várias relações intertextuais que serão declinadas neste trabalho. O artigo critica a forma como o governo tenta resolver o problema da violência no Brasil, por meio da simulação de um pseudo-desarmamento, uma vez que a proibição do comércio de armas, pura e simplesmente, não tiraria o grande arsenal que existe nas mãos dos bandidos. Seria mais uma lei inócua como tantas outras que nascem fadadas a não passarem de letra morta.

É sabido que para bandido lei de desarmamento não passa de ficção jurídica, bem como todas as leis, porque ele é um fora da lei. A lei só existe para aqueles que a cumprem e, para esses, não há necessidade de se proibir a venda de armas, basta analisar as estatísticas com seriedade, sem interesses escusos.

2. No contexto da mídia

A mídia colocou as armas de fogo como as grandes vilãs da violência, responsáveis por todas as mazelas que atingem nosso País. Alguns acontecimentos raros, graças ao importante desempenho da mídia, parecem muito mais comuns do que realmente o são.

Os anti-armas argumentam que o comércio de armas é o responsável pelos altos índices de acidentes domésticos. No entanto, uma pesquisa da *National Safety Council Injury Facts* (Conselho Nacional de Segurança e Acidentes), agência americana que estuda acidentes e meios de evitá-los, realizada em 2000, chegou

aos seguintes resultados: automóveis, 43,1%; quedas, 12,9%; envenenamentos, 11%; afogamentos, 4,5%; diversos, 27,6% e armas 0,9%.

Uma das maiores pesquisas de vitimização realizadas no Brasil, levada a cabo por uma equipe de pesquisadores da Universidade de São Paulo – USP – e divulgada pelo Banco Mundial (**O Direito de Ter e Portar Armas**, Nogueira Henrique, p23), revela a seguinte estatística:

Relação de Vítimas e Agressores

- 75% das vítimas não conheciam os agressores.
- 15,3% das vítimas conheciam os agressores.
- 9,7% das vítimas não souberam responder.

Forma de Agressão

- 44,4% tapas, socos e chutes.
- 18,5% facas, facões, punhais e lâminas.
- 14,8% paus, pedras, correntes e porretes.
- 14,8% armas de fogo.
- 7,5% outros modos.

O maior bem do homem é a vida, garantia prevista no *caput* do art. 5º da Constituição Federal, bem como no Código Cível, embora este considere que a vida começa apenas com o nascimento com vida, resguardados os direitos do nascituro.

Caso venhamos a sofrer qualquer tipo de agressão, seja em nível pessoal, patrimonial ou coisa que o valha, o Estado é o ofendido, por isso lhe cabe a função precípua de executar justiça, restabelecendo a paz social, aplicando a sanção cabível a cada fato.

Contudo, não se pode olvidar que a legítima defesa é uma excludente de criminalidade, prevista no Código Penal, assim como o direito de defender sua propriedade.

3. No contexto da lei

A Legislação Penal prevê, em seu Código Penal, Título II, do crime, em seu artigo 23, as excludentes de ilicitude:

Art. 23. Não há crime quando o agente pratica o fato:

I – em estado de necessidade;

II – em legítima defesa;

III – em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular do direito.

Ou seja, a própria legislação do País permite ao cidadão um direito inerente a sua condição humana, que é a legítima defesa, que ocorre de forma

instintiva, característica que nos foi dada pela própria natureza, bem como o direito de preservar seus bens e propriedades.

“*Si vis pacem, para bellum*”. (Se queres a paz, prepara-te para a guerra.)

Segundo este brocardo nada é mais adequado para a manutenção da paz do que estar preparado para rechaçar uma ameaça de ataque. O preço da paz é a eterna vigilância. O fato de um cidadão adquirir uma arma, por si só, não o leva a matar. Além do mais, o direito de possuir uma arma lhe dá pelo menos o benefício da dúvida. Um bandido pensará duas vezes antes de invadir uma residência se não tiver a certeza absoluta de que não sofrerá qualquer tipo de resistência.

Há que se levar em conta também que o cidadão que pretende adquirir uma arma de fogo para defesa pessoal, de sua família ou de sua propriedade, pela lei anterior e por esta lei que foi votada recentemente, a Lei nº. 10.826 de 22 de dezembro de 2003 – o Estatuto do Desarmamento –, já é vítima de restrições no que se refere aos calibres das armas de fogo, que podem ser de pouca efetividade ou de grande efetividade – fato que remonta à Era Vargas –, ou seja, existem os calibres permitidos ao cidadão e os proibidos, que normalmente são utilizados pelo crime organizado, pela Polícia ou pelo Exército – esses não serão retirados de circulação, porque restritos às categorias que podem utilizá-lo, aos particulares que estão fora da lei e ao crime organizado.

Lei nº. 10.826 de 22 de dezembro de 2003. Art. 23. A classificação legal, técnica e geral, bem como a definição de armas de fogo e demais produtos controlados, de usos proibidos, restritos ou

permitidos será disciplinada em ato do Chefe do Poder Executivo Federal, mediante proposta do comando do Exército.

Portanto, não se pode atribuir à comercialização de armas todo o ônus pela violência que cresce assustadoramente em nosso País.

A corrupção e a impunidade são fatores que também agravam este problema, pois constituem, de certa forma, uma apologia ao crime.

O povo mostrou, por meio do referendo, que quer ter o direito de possuir uma arma, caso queira, cômico de que o Estado não o pode defender, conforme prevê o seu grande arcabouço jurídico.

Segundo a revista **Veja** o Governo elaborou de má-fé a pergunta a ser feita no Referendo: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”, quando teria sido mais honesto ter perguntado: “O Estado brasileiro pode tirar das pessoas o direito de comprar uma arma de fogo?”.

Muitas informações foram sonegadas do cidadão, para que não formasse um juízo real e honesto sobre o que deveria decidir.

Por exemplo, a televisão não veiculou em suas propagandas que, historicamente, o desarmamento da população foi um dos pilares para que se instituísse o totalitarismo, o holocausto e tantas outras tragédias humanas, que marcaram e marcarão a História da humanidade para todo o sempre.

De modo geral, a população também não foi informada que, de acordo com o Estatuto do Desarmamento, caso seja proibida a comercialização de armas de fogo, somente o cidadão comum não poderá mais comprar armas e munições.

Os que já a possuem poderão ficar com elas, mas não terão como adquirir projéteis para carregá-las.

“Deus é contra todas as guerras, mas fica do lado de quem tem melhor pontaria.” **Voltaire**.

Não defendemos o direito de matar, que não existe em nossa legislação, em nossos códigos religiosos, tampouco em nosso código ético. Apenas questionamos a forma como se tratou da violência, com mais uma medida aparentemente inócua. Trata-se de mais uma tentativa de jogar a sujeira debaixo do tapete, simulando que, ao se proibir a comercialização de armas de fogo, haverá uma diminuição da violência, ignorando-se a grave crise social por que passamos.

CONCLUSÃO

As linguagens verbal e não-verbal remetem ao que já foi dito, visto, tocado, sentido. Um texto sempre leva a outro, uma idéia à outra, um argumento a um contra-argumento, e assim por diante.

O referendo do dia 23 de outubro sobre a proibição ou não da comercialização de armas gerou muitas dúvidas sobre o que decidir e o alcance de tal decisão.

Este trabalho usou como *corpus* o artigo de opinião **O simulacro do desarmamento**, de Guilherme Fernandes Neto, que trata do referendo das armas. Este artigo critica a forma como o governo tenta resolver o problema da grave violência por que passa o País, o quão inócua será essa lei, as reais causas da violência, deixando em aberto o que está por trás do desarmamento.

“Para analisar o disfarce do desarmamento, podemos partir dos fatos conhecidos, mas não chegaremos aos desconhecidos motivos de fundações estrangeiras estarem patrocinando a luta pelo desarmamento.”

Verificou-se que muito do conteúdo do artigo de opinião **O simulacro do desarmamento**, publicado no dia 8 de outubro de 2005, dialoga com a capa e com a reportagem da revista **Veja, Especial REFERENDO DA FUMAÇA**, edição 1.925, ano 38 nº 40, de 5 de outubro de 2005. A intertextualidade está presente não apenas na capa da revista como praticamente na reportagem como um todo.

Procurou-se analisar os textos à luz da semiótica, estabelecendo uma relação intertextual entre eles.

O caminho para a mudança é longo, o primeiro passo pode ser uma atitude como a pretendida por este trabalho, que teve como intenção primeira, baseando-se em fundamentos teóricos os mais diversos, expor, trazer à tona aquilo que, analisado superficialmente, não é devidamente compreendido.

Somente quando consciente e conhecedor da realidade que o cerca o homem será capaz de buscar sua emancipação, seu lugar e sua posição no mundo.

Espera-se que este trabalho seja uma semente de conscientização daquilo que nos cerca neste universo obscuro do capitalismo selvagem, dos interesses menores, da politicagem em detrimento da Política em que a sociedade se vê mergulhada, para contribuir, de alguma forma, para uma mudança social, que grita por novos rumos neste País.

Talvez a resposta do povo, que teve como resultado final o “Não” à proibição de o cidadão poder comprar uma arma de fogo, que, em muitos casos, constitui um mecanismo de proteção para a sua vida, para a proteção de propriedade, cale fundo nos desígnios do atual governo e dos governos vindouros.

“Pode a população que vive na amazônia legal ser desarmada, sem risco para sua proteção? Pode a população fronteiriça ser desarmada sem qualquer risco para o país? Por óbvio, não. Não se pode falar, outrossim, que na era da energia nuclear o armamento tradicional é obsoleto, pois a ocupação territorial ainda exige o tradicional confronto humano, que pode não existir se o povo estiver desarmado, indefeso.” (O simulacro do desarmamento publicado no jornal Correio Braziliense de 8 de outubro 2005, página 21).

O autor faz uma série de perguntas retóricas, para que o leitor tome consciência do que lhe parece óbvio.

Porém, essas conjecturas cabem à História, que registrará que mudanças a população provocou ao manifestar sua insatisfação com o desempenho do Estado em relação à sua proteção e a outras tantas mazelas que fustigam a população brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACEGA, Maria Aparecida. *Comunicação e linguagem: discurso e ciência*. São Paulo: Moderna, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

CORREIO Braziliense, Brasília, 08 de outubro de 2005.

DIONÍSIO, Ângela Paiva. & et. Alli. (org.). Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2002. p. 166-179.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. .

VEJA, edição 1925, 05 oct. 2005.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

NOGUEIRA, Henrique. *O Direito de Ter e Portar Armas*. Gráfica Metrópole, Porto Alegre, 2005.

Português, Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.cdcc.sc.usp.br/escolas/juliano/port.html#enredo>. Acesso em: 08 set 2005.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p.159-168.

SIGNORINI, Inês. *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

VIEIRA, Josênia Antunes. Novas perspectivas para o texto: uma visão multissemiótica. In: *Internacional Conference on Critical Discourse Analysis*. Espanha. 2004.

ANEXOS

Artigo

Segue-se a transcrição do artigo **O Simulacro do Desarmamento** publicado no jornal Correio Braziliense de 8 de outubro 2005, página 21.

O simulacro do desarmamento

Guilherme Fernandes Neto

Mestre em direito pela PUC-SP, é
Professor adjunto da UnB e membro do
Ministério Público do Distrito Federal.

Estamos vivenciando a Era da simulação, na qual a aparência supera o real, com o fim dos referenciais e a omissão da verdade. Ademais, a realidade oculta inexistente, na lição de Jean Baudrillard. Diante disso, compreensível para alguns o simulacro governamental que pretende desarmar o cidadão e não o bandido, com a idéia de que reinará um pacifismo tibetano, sem qualquer tipo de risco ao cidadão e ao país.

Para analisar o disfarce do desarmamento, podemos partir dos fatos conhecidos, mas não chegaremos aos desconhecidos motivos de fundações estrangeiras estarem patrocinando a luta pelo desarmamento.

Analisando a manipulação da estatística do SUS divulgada pela mídia – que aparenta a ficta eficácia do desarmamento –, a suposta eficácia não levou em conta fatores outros, como a diminuição do desemprego, políticas públicas etc., além de ter excluído da análise diversas Unidades da Federação.

Não bastasse isso a revelar o simulacro, caberia indagar a razão de o Estado priorizar o impedimento do comércio de armas de fogo. Por que buscar diminuir 36.295 mortes por ano – as causadas por armas de fogo, conforme a última estatística do Ministério da Justiça, de 2002 –, enquanto poderia salvar 200.000 pessoas por ano que, conforme a Organização Mundial de Saúde e o INCA, morrem em razão do tabaco, no Brasil, cuja venda continua permitida?

Os custos causados pelas doenças tabaco-relacionadas, exigindo tratamentos de alta complexidade (radioterapia, quimioterapia etc.), são, também, por esse motivo, muito superiores aos danos causados por armas de fogo. O motivo do desarmamento não é, assim, o custo arcado pelo erário em razão do uso de tais armas, o que impede a tese da eficiência da utópica medida pretendida pelo Governo.

Cabe esclarecer que a proibição do comércio de arma não salvará 36.295 vidas/ano, haja vista que entre essas se encontram as que morrem em razão de confrontos entre policiais e bandidos e bandidos contra bandidos. Estes o governo não pretende desarmar.

Está ainda sendo ocultado que a diminuição das mortes por armas de fogo não está diretamente ligada ao desarmamento, bastando verificar no mapa de homicídios, que consta no site da Secretaria Nacional de Segurança Pública (www.mj.gov.br), segundo o qual o índice de vítimas de armas de fogo, por mil habitantes, decresceu, de 1998 a 2002, em várias Unidades da Federação (Distrito Federal, Pará, Maranhão, Pernambuco etc.), isso muito antes do Estatuto do Desarmamento.

Daí, o motivo da proibição do comércio de armas, não é salvar vidas.

Parte significativa do conflito persistirá, valendo lembrar que, a curto prazo, a proibição objetivada estimulará o contrabando de munição e, a médio prazo, encorajará a invasão de propriedades, na certeza da impossibilidade da legítima defesa.

Para tentar demonstrar sinceridade ou eficiência do desarmamento deveria o Estado, inicialmente, implementar políticas coibindo o contrabando de armas, bem como desarmar o crime organizado, mas sobre isso nada foi feito e, possivelmente, não o será.

Pode a população que vive na amazônia legal ser desarmada, sem risco para sua proteção? Pode a população fronteiriça ser desarmada sem qualquer risco para o país? Por óbvio, não. Não se pode falar, outrossim, que na era da energia nuclear o armamento tradicional é obsoleto, pois a ocupação territorial ainda exige o tradicional confronto humano, que pode não existir se o povo estiver desarmado, indefeso.

Não fosse isso suficiente a demonstrar o perigo do simulacro do desarmamento, exsurge agora, no final de semana, a informação de que o crime organizado, especialmente narcotraficantes sediados no Morro do Dendê, na Ilha do Governador, iniciaram campanha pelo "sim", ou seja, pelo desarmamento da população honesta.

Não é ocioso relembrar as lições que a história nos lega sobre a necessidade eventual da atuação dos civis na resistência às ocupações estrangeiras. São exemplos a Resistência Francesa, a nossa Revolução do Acre e, recentemente, a ocupação do Iraque. De forma negativa, a impossibilidade de resistência de povos desarmados, a citar o Tibet. Neste momento vale lembrar até a indiscutível sinceridade de Cristo, que, sem metáforas, exortou a seus discípulos que vendessem a capa e comprassem uma espada.